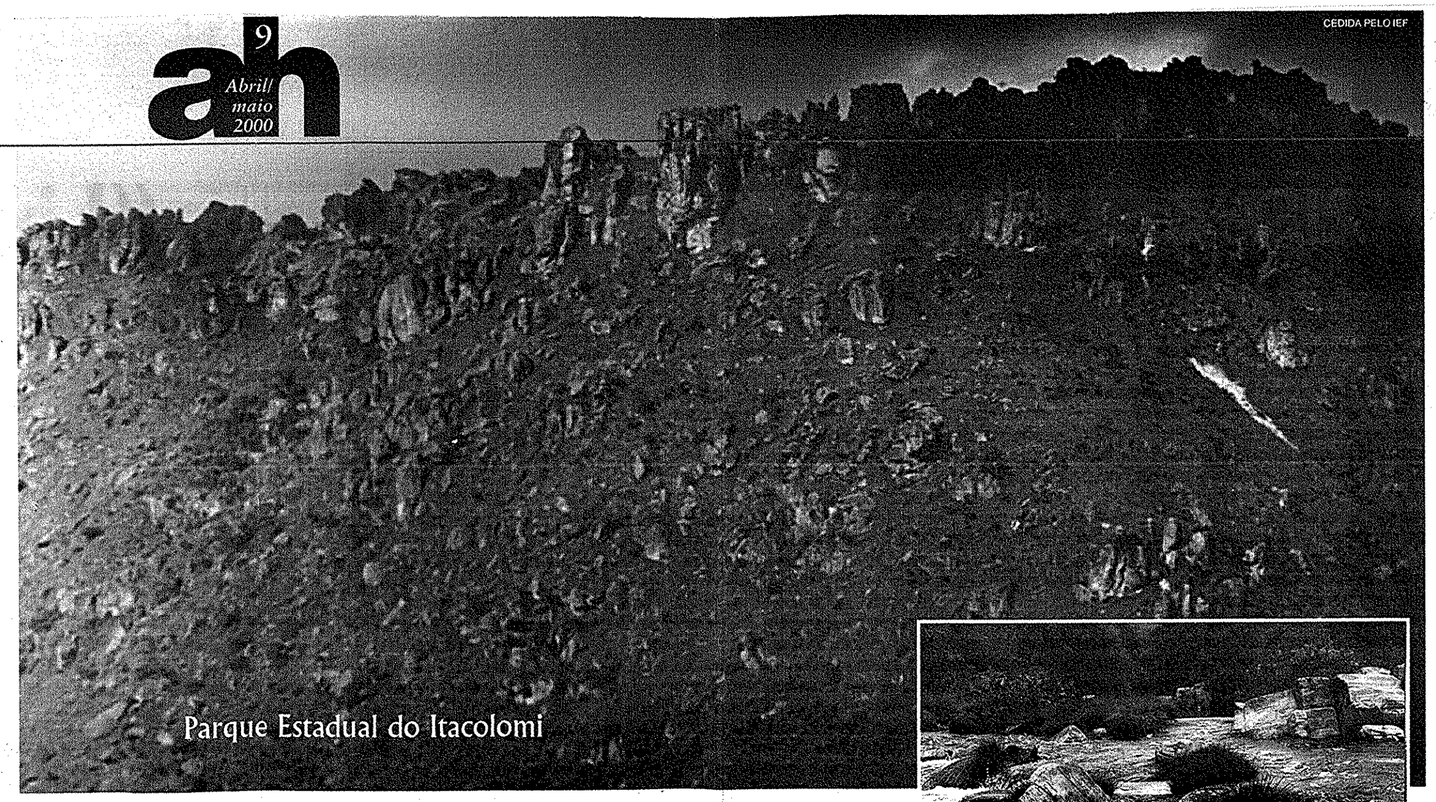
Acervo ISA

Documentação
Fonte Ambiente Hoje Nº 73 (BH)
Data Abr./maio/2000 Pg 8 e 9
Class. 560


CEDIDA PELO IEF

Parque Estadual do Itacolomi

Parques estaduais

A criação dos parques não garante proteção efetiva

Entre as unidades de conservação, a categoria parque é uma das mais eficientes para se proteger os biomas, por não permitir a utilização direta dos recursos naturais. Mesmo assim, a simples criação através de decreto não significa que a área está protegida. É preciso resolver a questão fundiária, ou seja, as terras têm de ser de propriedade do governo, além de manter toda uma infra-estrutura de fiscalização que possa garantir a integridade da área.

Para a Amda, a situação dos parques em Minas demonstra o desinteresse governamental pela preservação da biodiversidade. "É uma área que nunca tem recursos", afirma Maria Dalce Ricas, superintendente Executiva da Amda.

Além dos parques nacionais, administrados pelo Ibama - Parque Nacional do Caparaó (31.800 hectares) e Parque Nacional do Itatiaia (30.000 hectares), Minas Gerais possui 19 parques estaduais, 11 deles criados em 1998. A maioria tem pendências fundiárias e não possui infra-estrutura adequada.

O Parque Estadual Veredas do Peruaçu, por exemplo, tem uma situação complicada: dos 30.702 hectares, cerca de cinco mil foram doados pela Ita-Min Florestal Ltda como pagamento de seu passivo ambiental, seis mil foram adquiridos pelo IEF e quatro mil hectares foram anexados ao parque, adquiridos pela Agropecuária Veredão por decisão judicial, como compensação de um desmatamento ilegal - uma vitória da Amda, que em 1990 acionou o Ministério Público. O resto da área divide-se entre o proprietário Milton Baioneta e terras tituladas pela Ruralminas a diversos proprietários. "Falta recurso financeiro por parte do IEF para regularizar sua situação fundiária", afirma Miguel Ribon, da Divisão de Unidades de Conservação do IEF (Instituto Estadual de Florestas).

Mas a maior preocupação do gerente do parque, João Roberto Barbosa Oliveira, é com o entorno do parque, por se tratar de áreas de grande interesse ambiental. Boa parte das áreas com divisa na margem direita do Peruaçu, com cerrado e mata ciliar, ainda estão preservadas ou em fase de regeneração. Ser forem anexadas, o parque passará a ter aproximadamente 37 mil hectares e preservará toda a nascente do rio Peruaçu.

A infra-estrutura também deixa a desejar: o parque conta com um gerente, quatro funcionários e apenas um veículo, o que não é suficiente para garantir a integridade da área, principalmente no período crítico da seca. Também não possui sistema de comunicação de rádio nem telefone. O vizinho mais próximo, único que possui telefone, fica a 30 quilômetros da sede.

Parque Estadual do Itambé

Área sequer foi demarcada

A situação fundiária do Parque do Itambé, criado em 1998, está 100% irregular. O Parque fica nos municípios de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas, já beneficiados pelo ICMS Ecológico. Possui cobertura vegetal de transição da Mata Atlântica e cerrado e abriga fauna diversificada.

O parque foi criado por iniciativa das próprias prefeituras que queriam preservar a área e procuraram o Governo Estadual. Segundo informações da gerente do IEF/ Regional Alto Jequitinhonha, Eliana Machado (o parque ainda não possui gerente específico), a região sofre diversas ameaças como roubo de madeira, principalmente candeia, queimadas indiscriminadas, caça, colheita de sempre-vivas e outras plantas ornamentais e garimpo, além do turismo desordenado.

Machado ressaltou o empenho do prefeito de Santo Antônio do Itambé, Antônio Augusto Gonçalves Neto, que confirma seu interesse na proteção efetiva do parque e reclama que, até o momento, sequer foi feita a demarcação da área.

A prefeitura elaborou e apresentou um projeto de gestão do parque à empresa Itambé, para buscar parceria, mas não teve retorno. "Com ajuda do IEF, reformulamos o projeto e vamos apresentá-lo a outras empresas para buscar parceiros. Não dá para ficar dependendo do governo", afirma. Ele enumera que o parque precisa de um gerente, equipe de guarda-parque, veículos, casa de apoio, centro de informações, equipamentos de rádio e controle de incêndios.

CEDIDA PELO IEF

Parque Estadual do Itambé

Para suprir um pouco as necessidades, a prefeitura abriu concurso público para guarda-parque, com três vagas. Neto acredita que a preservação da área é compartilhada pela comunidade, que fica atenta à qualquer irregularidade, como focos de incêndio e presença de pessoas estranhas na área. "Já conseguimos reduzir cerca de 80% do corte de candeia na área", afirma.

Itacolomi e Rio Preto

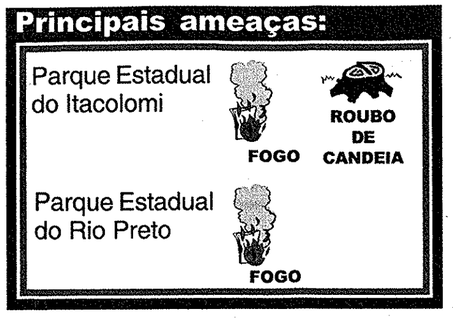
Parques preparam-se para receber turistas

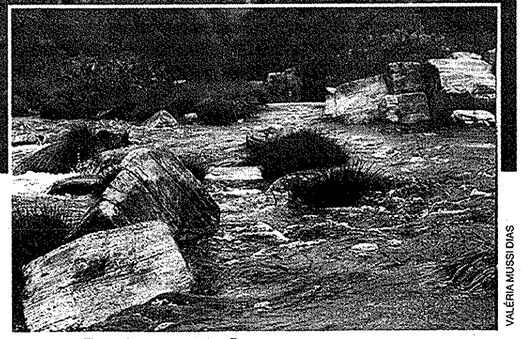
Em julho próximo, o Parque do Itacolomi será aberto aos turistas e, em dezembro, o do Rio Preto. Abrir os parques sem infra-estrutura adequada pode aumentar o risco de incêndio e agravar outros problemas como acúmulo de lixo, mas o IEF assegura que ambos têm capacidade para suportar o turismo. "Estamos realizando reuniões semanais para resolver todos os detalhes", afirma Ribon.

O Parque Estadual do Itacolomi possui 7.543 hectares e fica a 110 quilômetros de Belo Horizonte, nos municípios de Mariana e Ouro Preto. O patrimônio natural é diversificado, com campos de altitude, afloramentos rochosos nas partes mais altas da serra, onde predominam as gramíneas, sempre-vivas, orquídeas e canelas-de-ema. A fauna também é variada, com a presença de alguns animais ameaçados de extinção como a lontra, onça parda, jaguatirica, lobo-guará e sauá.

Entre os monumentos históricos destacam-se a Fazenda São José do Manso, onde localiza-se a Casa Bandeirista (restaurada através do convênio entre IEF e IEPHA), e as ruínas da Casa de Pedra, na Chácara do Cintra. A sede administrativa fica na fazenda São José do Manso e conta com infra-estrutura para atender os visitantes com residências, auditório, biblioteca, museu de chá, lanchonete, almoxarifado, centro de informações e capela.

Ribon esclarece que as principais ameaças do Parque do Itacolomi são o roubo de candeias e os incêndios que começam quase sempre na rodovia e que são monitorados diariamente pelo gerente. "Em 1999 os focos de incêndio foram imediatamente controlados". Ele lembra que a área no local é íngreme, o que dificulta o combate, e informa que os municípios de Mariana e Ouro Preto, com a participação das prefeituras, criaram brigadas voluntárias que muito têm ajudado.




VALÉRIA MUSSI DIAS

Parque Estadual do Rio Preto

Rio Preto

O reduzido número de funcionários, 19 mantidos pela Estado e quatro pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, onde fica o parque, não é suficiente para garantir que a abertura aos turistas não comprometa a preservação da área. Uma saída é contratar guias da própria comunidade, para envolvê-la na questão, e criar o sistema de turismo monitorado, opções que estão sendo avaliadas pelo IEF e que dependem de parceria com a iniciativa privada. O turismo monitorado é a melhor forma de se evitar degradações, pois o visitante não anda pelo parque aleatoriamente.

Quanto à capacidade física, o parque possui boa infra-estrutura, com sede administrativa, centro de informação e educação ambiental), alojamentos com capacidade para 60 pessoas, refeitório, área de camping, churrasqueiras, vestiários, área para lavagem de roupa, posto médico para atendimento de primeiros socorros e residência para hóspede.

O parque abrande as cabeceiras do rio Preto, integrante da bacia do rio Jequitinhonha. Cerrados, cerradões e matas de altitude e campos rupestres predominam no local, com espécies vegetais importantes como o pau-d'óleo, a sucupira, o ipê e a candeia. Entre a fauna têm-se a presença do tatu-bola, tamanduá bandeira e lobo-guará. O fogo é a principal ameaça ao parque.

Atualmente são abertos à visitação os Parques Estaduais do Rio Doce, Ibitipoca e Nova Báden, "todos com infra-estrutura adequada", afirma Ribon.